



**PROCESSO:** TC – 7190/989/20-2

**INTERESSADA:** PREFEITURA DO **MUNICÍPIO DE CERQUILHO**

**ASSUNTO:** CONTAS DO EXERCÍCIO DE **2021**<sup>1</sup>.

Senhora Assessora Procuradora-Chefe,

Refere-se o processo à análise das contas do Município de Cerquilha, concernentes ao exercício de 2021.

Tendo em vista o relatório da UR-09 [Evento 48.31], a Defesa apresentada Evento 57.1 [ + Eventos 57.2/57.12] e, em atenção à r. Determinação, Evento 63.1, consigno:

**I - DESPESA COM PESSOAL**, Evento 48.31, à fl. 13:

Depreende-se do relatório, à fl. 13, Evento 48.31, que:

→ O Poder Executivo atendeu ao limite da Despesa de Pessoal previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

<sup>1</sup> Resultado da apreciação dos exercícios de 2018 a 2020, Evento 48.31, à fl. 02:

Exercícios	Processos	Pareceres
2020	003207.989.20-3	Favorável com advertência e determinação <sup>2</sup>
2019	004859.989.19-6	Favorável com recomendações e determinações <sup>3</sup>
2018	004518.989.18-1	Favorável com determinação <sup>4</sup>



→ Contudo, ocorreram gastos com profissionais autônomos não incluídos na rubrica adequada, contratações da área da Saúde, cujas respectivas despesas foram realizadas no elemento 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, no valor total de R\$ 574.950,18. Dessa forma, com o cômputo de tal valor, a Despesa de Pessoal do Órgão resulta em R\$ 72.734.654,17, o que representa um percentual de **40,52%** da Receita Corrente Líquida.

→ A contratação configura desatendimento ao disposto no inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal, tratando-se de prática reincidente, conforme exercícios anteriores [TC-6761.989.16, TC-4518.989.18, TC- 4859.989.19 e TC-3207.989.20].

→ A ausência de contabilização dos respectivos valores como “Outras Despesas de Pessoal”, em desatendimento ao estabelecido no § 1º, do artigo 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal, prejudica a apuração dos gastos efetivamente despendidos pelo Órgão e do atendimento aos limites legalmente impostos.

A defesa argumenta, às fls. 02/03, Evento 57.1, que a Administração baseou-se no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e que as contratações foram realizadas no elemento 3.3.90.36, justamente por ser de pessoal por tempo determinando; e que obedeceram estritamente à necessidade de manutenção dos serviços da Residência Terapêutica no Município, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil nº 1.34.001.001715/2013-69, junto ao Ministério Público Federal – Procuradoria da República em São Paulo.

Argumenta, ainda, que embora chamados os candidatos classificados no Processo Seletivo nº 01/2021, há grande rotatividade no serviço e a imprescindibilidade da prestação de forma ininterrupta.

Afirma que houve necessidade da contratação de mais profissionais da saúde, em razão da grave crise causada pelo vírus COVID-19, e que por meio do Ofício S.M.S. nº 004/2022, justificou-se a contratação em substituição a profissional [a espera da posse de candidatos aprovados no Concurso nº 01/2019], sendo, também, decretado Estado de Calamidade Pública, o qual foi reconhecido pelo Legislativo Estadual.



Em que pese a arguição, as inclusões objetivaram os ajustes na contabilização das Despesas de Pessoal, provenientes dos contratos de terceirização de mão-de-obra, substituição de Servidores, pois caracterizam inobservância ao § 1º do artigo 18, da LRF<sup>2</sup>.

Dessa forma, o Gasto com Pessoal totalizou **40,52%** da RCL não superando o limite previsto na LRF, Lei Complementar nº 101/2000.

## CONCLUSÃO:

Nesse contexto, o percentual com Despesas de Pessoal no patamar de **40,52%** da Receita Corrente Líquida atendeu ao limite de 54% fixado no artigo 20, inciso III, alínea "b"<sup>3</sup>, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

---

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à **substituição de servidores** e empregados públicos serão  
2 contabilizados como "**Outras Despesas de Pessoal**". (grifo nosso)

### <sup>3</sup> [LRF - Lc nº 101 de 04 de Maio de 2000](#)

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

**Art. 20.** A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

**III** - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) **54%** (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.



## II - APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO: Evento 48.31, às fls. 20/23.

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			
RECEITAS	R\$	118.414.644,77	
Ajustes da Fiscalização			
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.	R\$	118.414.644,77	
FUNDEB - RECEITAS			
Retenções	R\$	17.409.341,96	
Transferências recebidas, inclusive complementação VAAT (se houver)	R\$	38.677.700,11	
Receitas de aplicações financeiras, incluindo VAAT (se houver)	R\$	282.641,69	
Ajustes da Fiscalização			
Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.	R\$	38.960.341,80	
FUNDEB - DESPESAS			
Despesas com Profissionais da Educação Básica	R\$	33.822.750,98	
Outros ajustes da Fiscalização (70%)	R\$	-	
Total Despesas Líquidas - Profissionais da Educação Básica (mínimo: 70%)	R\$	33.822.750,98	86,81%
Demais Despesas	R\$	1.337.590,82	
Outros ajustes da Fiscalização (30%)	R\$	-	
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 30%)	R\$	1.337.590,82	3,43%
Total aplicado no FUNDEB	R\$	35.160.341,80	90,25%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO			
Educação Básica (exceto FUNDEB)	R\$	12.760.942,39	
Acréscimo: FUNDEB retido	R\$	17.409.341,96	
Dedução: Ganhos de aplicações financeiras	R\$	-	
Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno	R\$	-	
Aplicação apurada até o dia 31.12 2021	R\$	30.170.284,35	25,48%
Acréscimo: FUNDEB retenção até 10% [ ] Aplic. no 1º quadr. 2022	R\$	-	
Dedução: Restos a Pagar não pagos - recursos próprios - até 31.01. 2022	-R\$	1.568.698,20	
Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios	-R\$	690.275,32	
Aplicação final na Educação Básica	R\$	27.911.310,83	23,57%

O Município aplicou na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

→ Após ajustes, **23,57%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, não cumprindo com o ordenado no artigo 212 da Constituição Federal.



→ **100%** do FUNDEB recebido, sendo que no exercício em exame foi observado o percentual mínimo de 90% de aplicação dos recursos **[90,25%]**, inclusive pagamentos dos Restos a Pagar; e, por meio de conta bancária vinculada, constatou-se a utilização da parcela diferida no 1º quadrimestre do exercício seguinte, atendendo-se ao artigo 25, caput e § 3º, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

→ **86,81%** do FUNDEB na remuneração dos Profissionais da Educação Básica em efetivo exercício, dando cumprimento ao inciso XI, do artigo 212-A, da Constituição Federal e ao artigo 26, da Lei Federal nº 14.113/2020.

**Ajustes, à fl. 22, Evento 48.31:**

Inclusões	2021	REC. PRÓPRIOS	FUNDEB 70%	FUNDEB 30%
<b>Total das inclusões</b>		<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
Exclusões	2021			
Cancelamento de Restos a Pagar				
Pessoal: desvio de função (salário/encargos)				
Despesas com Ensino Médio				
Despesas com Ensino Superior				
Despesas não amparadas pelo art. 70, LDB				
RP Próprios não pagos até 31.01 de	2022	R\$ 1.568.698,20		
RP Fundeb não pagos até 30.04 de	2022			
Outras		R\$ 690.275,32	R\$ -	R\$ -
<b>Total das exclusões</b>		<b>R\$ 2.258.973,52</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Total dos ajustes: Inclusões – Exclusões</b>		<b>R\$ 2.258.973,52</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>

**Despesas com Recursos Próprios:** glosas de despesas relativas a restos a pagar não pagos; e dispêndio que não se coaduna com os ditames do artigo 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 → sobrepreço apurado na aquisição de lousas.

A Origem não se manifestou diretamente sobre o percentual apurado na aplicação do Ensino; e não contestou a exclusão dos restos a pagar não pagos, porém aduziu sobre as características e benefícios das lousas adquiridas, asseverando, à fl. 08, Evento 57.7, que a aquisição dos produtos ocorreu por meio de processo licitatório e entre os mais modernos disponíveis no mercado.





Verifica-se dos apontamentos da Fiscalização, Item C.2.2.1, Evento 48.31, à fl. 31, que, apesar da necessidade de investimento em reformas das Unidades Escolares e melhoria do programa de alimentação escolar, ao final do exercício, a Prefeitura adquiriu 38 lousas escolares por R\$ 803.999,82, representando um desembolso de **R\$ 21.157,89 por lousa adquirida** (contrato assinado em 07/12/2021, Evento 48.26). Referido ajuste, nos termos do subitem 8.1.12 da Ordem de Serviço SDG nº 1/2022, foi selecionado para análise em autos específicos (TC-013634.989.22-2).

Por conseguinte, o Executivo, após ajustes, não observou o preceituado no artigo 212 da Constituição Federal.

A Inspeção também aponta:

- Não houve implementação do Serviço de Psicologia Educacional e de Serviço Social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 e da redação original do artigo 26, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 14.113/2020, atual artigo 26-A com a redação dada pela Lei nº 14.276, de 27/12/2021.

Da peça defensiva consta, à fl. 01, Evento 57.7, que providências para tal implementação estão sendo tomadas.

Inobstante o alegado, proponho recomendação quanto à efetivação das medidas corretivas noticiadas.

## CONCLUSÃO:

A Prefeitura aplicou na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino **23,57%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, não atendendo ao preceituado no artigo 212 da Constituição Federal<sup>4</sup> [mínimo 25%].

<sup>4</sup> Artigo 212 da Constituição Federal:

A União aplicará, **anualmente, nunca menos de dezoito**, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **vinte e cinco por cento, no mínimo**, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.



No entanto, a insuficiência na aplicação acima indicada pode ser relevada face à Emenda Constitucional nº 119/2022<sup>5</sup>, que conferiu ao Município a possibilidade de complementar na aplicação da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado e o valor mínimo exigível para os exercícios de 2020 e 2021.

---

#### EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 119

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar a impossibilidade de responsabilização dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos agentes públicos desses entes federados pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no **caput** do art. 212 da Constituição Federal; e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 119:

"Art. 119. Em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os agentes públicos desses entes federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no **caput** do art. 212 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no **caput** deste artigo, o ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado, conforme informação registrada no sistema integrado de planejamento e orçamento, e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021."

Art. 2º O disposto no **caput** do art. 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias impede a aplicação de quaisquer penalidades, sanções ou restrições aos entes subnacionais para fins cadastrais, de aprovação e de celebração de ajustes onerosos ou não, incluídas a contratação, a renovação ou a celebração de aditivos de quaisquer tipos, de ajustes e de convênios, entre outros, inclusive em relação à possibilidade de execução financeira desses ajustes e de recebimento de recursos do orçamento geral da União por meio de transferências voluntárias.

Parágrafo único. O disposto no **caput** do art. 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias também obsta a ocorrência dos efeitos do inciso III do caput do art. 35 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 27 de abril de 2022



Quanto aos recursos provenientes do **FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:

→ Aplicou **100%** dos recursos auferidos, sendo **90,25%** no exercício em exame, observando o percentual mínimo de 90% e, por meio da conta bancária vinculada, constatou-se a utilização da parcela diferida no 1º quadrimestre de 2022, atendendo-se ao artigo 25, caput e § 3º, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020<sup>6</sup>.

### Artigo 25 da Lei nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

[Ver legislação completa](#)

**Art. 25.** Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Observado o disposto nos arts. 27 e 28 desta Lei e no

§ 2º deste artigo, os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e pelos Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2º A aplicação dos recursos referida no caput deste artigo contemplará a ação redistributiva dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação a suas escolas, nos termos do § 6º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 3º Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.





→ Aplicou **86,81%** na remuneração dos Profissionais da Educação Básica em efetivo exercício, cumprindo o preceituado no inciso XI, do artigo 212-A, da Constituição Federal e ao artigo 26 da Lei nº 14.113/2020<sup>7</sup> [mínimo 70%].

À consideração de Vossa Senhoria.

**A.T.J.**, em 26 de agosto de 2022.

Rosângela Terezinha Querino de Oliveira  
Assessoria Técnica

---

7

Artigo 26 da Lei nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020

**Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

**Art. 212-A.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

**XI** - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea c do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea b do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)